

## Cap 4 Sobre o melhor governo em Aristóteles (parte 2)

Ramiro Marques

Só podemos compreender a opção de Aristóteles pelas formas de governo intermédias (monarquia, aristocracia e *politeia*), se tivermos presente a teoria do justo meio. Afirma ele: “a melhor Constituição e o melhor regime para a maioria dos Estados, assim como para a maioria dos particulares, não se medem nem por virtudes acima do alcance do vulgo, nem pelo saber que se adquire apenas com talentos naturais e com o auxílio da fortuna, nem por uma forma de governo qualquer, mas sim por um género de vida que todos possam alcançar e pelo governo que o maior número de Estados esteja disposto a receber” (1). A melhor vida coincide com a vida média, ou seja, uma vida moderada nos prazeres, suficientemente virtuosa para ser considerada justa e digna das amizades e medianamente regrada no conforto material, porque demasiados bens materiais constituem um estorvo, assim como a intemperança nos prazeres pode prejudicar a saúde e sem saúde e alguma sorte não há condições para uma vida boa. A defesa de um conforto material mediano, consistindo nos bens materiais suficientes para receber e ajudar os amigos e para poder levar uma vida que deixe tempo livre para a contemplação, as amizades, o estudo e a vida política, constitui uma ideia central no pensamento ético e político do filósofo. É possível fundamentar a crítica ao consumismo ostensivo e alienante, um consumismo que devora as nossas sociedades materialmente desenvolvidas e aliena as nossas consciências e vidas, no pensamento aristotélico da virtude como justo meio.

A preferência de Aristóteles por uma classe média forte, que se identifique com dois terços dos cidadãos, justifica-se porque constitui

um factor dissuasor dos extremismos, quer tendo origem no grupo dos muito ricos, quer no grupo dos muito pobres. Quando o Estado é composta por uma grande maioria de pobres, podem registar-se dois movimentos: ou os pobres tomam conta do poder, subvertendo a Constituição e instituindo uma democracia exacerbada que depressa degenera em tirania; ou a oligarquia (governo dos muito ricos) tende a degenerar para um regime despótico como resposta às revoltas dos pobres e à necessidade de os muito ricos se sustentarem no poder e manterem os seus bens e privilégios.

Os muito ricos, favorecidos demais pela natureza e pela sorte, não querem nem sabem obedecer e, muitas vezes, não sabem mandar, quer por falta de educação, quer pela ausência de virtudes de carácter. Por terem tudo desde o nascimento, é fácil tornarem-se arrogantes e insolentes, corrompidos que ficam pelo luxo. Quando exercem o poder, tendem a ser despóticos e o Estado por eles dirigido fica limitado a dois grupos: os déspotas e os servos. Tal é o que acontece em muitos regimes oligárquicos. Também aqui é possível retirar algumas lições sobre a forma como os grupos sociais mais favorecidos estão a educar as crianças, nas sociedades materialmente desenvolvidas. Ao darem tudo aos filhos (o necessário e o supérfluo), retirando do caminho deles todo o esforço, mergulhando-os no luxo, na ostentação e no desperdício, os pais estão a criar adolescentes e adultos tirânicos, caprichosos, indolentes, alienados e despóticos. Esse é o drama de grande parte da educação familiar contemporânea. Aristóteles soube antever esses perigos.

Vejamos, agora, a crítica ao governo dos pobres.

Os pobres, desfavorecidos pela natureza e pela sorte, submersos nas actividades braçais, sem educação, sem as virtudes intelectuais e as virtudes de carácter, quando chegam ao poder tendem a governar mal, por incompetência e falta de conhecimentos, e são, muitas vezes, seduzidos pela inveja e cobiça do alheio. Daí que

a democracia, enquanto governo dos pobres (na concepção de Aristóteles, era esse o sentido do regime democrático), venha acompanhada, não raras vezes, da confusão, sedição, anarquia e tirania.

Decorre do que foi dito atrás que os melhores governos são os que se afastam destes extremos e o melhor de todos é o que se baseia na ideia da igualdade entre semelhantes, assente numa grande maioria de cidadãos de classe média. A essa forma de governo, capaz de integrar as características positivas das outras formas, chama Aristóteles de *politeia*. Oigamos Aristóteles: "É, portanto, uma grande felicidade para o Estado que nele se encontrem apenas fortunas médias e suficientes. Em toda a parte onde uns têm demais e outros nada, segue-se necessariamente que haja ou democracia exacerbada (governo dos pobres), ou violenta oligarquia, ou então tirania, pelo excesso de uma ou de outra. Pois a tirania surge de igual modo da insolente e desenfreada democracia e da oligarquia, desastre que, como explicaremos ao tratar das revoluções, acontece muito menos entre tais pessoas de nível médio" (2). Palavras sábias as de Aristóteles. Palavras que a História confirmou, o século XX reafirmou e a actualidade não desmente. São inúmeros os casos de democracias exacerbadas que degeneraram em tiranias. O discurso do "aprofundamento da democracia", um aprofundamento que, para os seus defensores, nunca tem fim, não é mais do que a transformação pacífica da democracia em tirania, por efeito de uma luta exacerbada entre grupos sociais pelo controlo total do poder e da sociedade. Esse movimento degenerativo está a passar-se, nos dias de hoje, em países como a Venezuela, Bolívia, Equador e, em certa medida, Brasil. Mas podemos encontrar, também, esse movimento em países tão distantes como o Iraque, onde a teoria imperial da exportação da democracia à força (pela lei dos tanques e dos bombardeamentos) está a conduzir aquele país a uma nova tirania.

Daremos continuidade a esse assunto no próximo capítulo.

#### Notas

- 1) Aristóteles (2001). *A Política*. S. Paulo: Martins Fontes, 187
- 2) Idem, 189